

Métodos de Investigação em História da Psicologia

Research Methods in History of Psychology

Marina Massini¹

Resumo

O artigo descreve os procedimentos metodológicos utilizados na área dos estudos históricos em psicologia, apontando para suas derivações dos métodos da historiografia geral e da história das ciências, por um lado, e para as interações entre ciências humanas, psicologia e historiografia, de outro. Aponta como a história da psicologia, nas duas vertentes de história dos saberes psicológicos e de história da psicologia científica, nasce neste terreno. Nesse âmbito, discute: as relações entre o trabalho histórico e a preservação e a memória; a existência de diversas abordagens metodológicas dependentes da diversidade dos objetos escolhidos; a importância das fontes e de seus gêneros como ferramentas básicas da pesquisa. Por fim, discute as modalidades de escrita da história da psicologia.

Palavras-chave: Historiografia da psicologia; história e memória; abordagens metodológicas em psicologia

Abstract

The article describes the methodological procedures used in the field of historical studies in psychology, pointing to its derivatives of general methods of historiography and history of science on the one hand, and the interactions between the human sciences, psychology and history, on the other. Furthermore, the article indicates how the history of psychology emerges in the field comprised by the two strands of history of psychological knowledge and scientific psychology. In this context, the article discusses the relationship between historical work, preservation and memory; the existence of several methodological approaches dependent on the diversity of the chosen objects; the importance of sources and genres as their primary tools of research. Finally, the paper deals with the procedure for writing the history of psychology.

Keywords: Historiography of psychology; history and memory; methodological approaches in psychology

¹ Universidade de São Paulo

Este artigo nasce de uma reflexão sobre meu percurso pessoal de pesquisa na área dos estudos históricos em psicologia, realizado ao longo de trinta anos, e aborda as principais questões, interlocuções e referências metodológicas e conceituais que contribuíram para seu desenvolvimento e que se apresentaram ao longo do caminho. Deste modo, estrutura-se através de alguns tópicos principais: a definição do campo histórico – necessária para demarcar o domínio da pesquisa; as relações entre história e memória – que dizem respeito também aos atos da criação e da preservação das fontes, atos que, de um modo ou de outro, são profundamente relacionados ao nosso fazer a história; as interações entre historiografia, ciências humanas e psicologia – que exige o diálogo constante e fecundo entre os pesquisadores; o pluralismo metodológico na história da psicologia – que implica a abertura consciente e atenta diante das diversas possibilidades de se reconstruir a história; e a escrita – ou seja, o cuidado da transmissão, da comunicação e da permanência da nossa trajetória pessoal de investigação, na medida em que for trilhada num território espacial e temporal mais amplo.

A Definição do Campo Histórico

Sob o rótulo de História da Psicologia compreendem-se dois domínios distintos, o da História dos Saberes Psicológicos e o da História da Psicologia Científica: o primeiro utiliza-se dos métodos próprios da História Cultural e da História Social, o segundo assume as modalidades de investigação sugeridas pela Historiografia das Ciências. Antes de adentrarmos na análise das diferenças entre estes dois campos de investigação histórica em psicologia, vamos analisar o que eles têm em comum, a saber, a especificidade do método histórico como tal.

Michel De Certeau (2000) alerta que o trabalho do historiador é basicamente um *ato histórico* fundador de sentido e instaurador de conhecimento. Por isto, o trabalho historiográfico pode ser definido como um *fazer singular*, onde o sentido não é tanto desvendado na observação do dado, mas é fruto de um ato, de uma relação entre quem conhece e o objeto conhecido, que é por si mesma estruturalmente busca de sentido. De Certeau frisa que a própria expressão convencionalmente utilizada “fazer história” contém implicitamente esta mesma visão das coisas. Ele utiliza

assim a expressão: *operação histórica*. Nesta, cada historiador produz o documento, por meio do “gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”, criando assim “uma nova distribuição cultural” (2000, p. 81). O historiador, “longe de aceitar os dados, os constitui” (Certeau, 2000, p. 81) por meio de uma operação técnica; mas, por sua vez, este fazer depende do seu lugar de pertença, sendo ele mesmo ator histórico. De Certeau considera a criação dos arquivos modernos como frutos desta atitude, cuja instituição deve-se à combinação de um *grupo* de eruditos, de *lugares* – as bibliotecas – e de *práticas* (cópia, impressão, comunicação, classificação etc.). Nestes arquivos, a distribuição dos documentos responde a necessidades novas e adquire sentidos diferentes dos originários. Tal processo, segundo o autor, implica em “transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra coisa que funciona independentemente” (De Certeau, 2000, p. 83). Pois o trabalho histórico é “desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente” (p. 57).

Segundo o mesmo autor, é preciso que cada historiador evidencie a *particularidade do lugar* de onde fala: com efeito, esta particularidade prende-se ao assunto que se vai tratar bem como ao ponto de vista assumido para examiná-lo. As conseqüências desta ênfase no fazer singular do historiador são várias: em primeiro lugar, é questionada a possibilidade de uma sistematização totalizadora; é afirmada a necessidade de uma discussão proporcionada a uma pluralidade de procedimentos científicos, funções sociais, convicções fundamentais; afirma-se nos historiadores a consciência de que seus discursos “enquanto falam da história, estão situados dentro da história” (De Certeau, 2000, p. 32), “fazem história” (p. 41). Nessa perspectiva, as interpretações dadas pelos historiadores são sempre parciais, sempre “relativas à resposta que cada autor dá a questões análogas no presente” (p. 34), pois “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (p. 34). Contudo, a busca pessoal e comunitária da verdade faz com que o diálogo entre ‘visadas’, posições diferentes, contribua para que os estudiosos se aproximem na medida do possível da realidade histórica.

As Relações entre História e Memória

Esta questão remete também a outro aspecto metodológico importante: as relações entre história e memória. Com efeito, o entrelaçar-se entre história e

memória acontece desde o momento da produção de documento até à sua leitura e interpretação. Assim sendo, o estudo das reflexões acerca destas relações é essencial para o aprofundamento do horizonte conceitual e metodológico. Dentre outros, parece-nos importante destacar a articulação das relações entre memória e história, no que diz respeito a uma etapa essencial do trabalho historiográfico: *a produção do documento histórico*. O documento é a peça fundamental do conhecimento histórico: os documentos são vestígios, ou seja, “marcas, perceptíveis pelos sentidos, deixadas por um fenômeno impossível de captar em si mesmo” (Bloch, 2001, p. 52). Os historiadores, na verdade, reconhecem a necessidade da preservação da memória como condição que possibilita a prática historiográfica. Segundo Bloch, “a presença, ou a ausência, (dos documentos, ndr.) em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, depende de causas humanas (...) porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações (2001, p. 66). Sempre segundo Bloch, a existência da fonte histórica depende da disposição de dada sociedade, ou comunidade, para “organizar racionalmente, com as suas memórias, o conhecimento de si mesma” (2001, p. 69), atacando a negligência do esquecimento e a censura.

Uma relação integrada entre memória e história implica numa concepção não-positivista, não-naturalista do que é o documento, o *dado* da história, em sua dúplice significação ativa (alguém que dá) e passiva (alguém que recebe). A crítica recentemente feita por Paul Ricoeur (2000) à separação entre memória e história proposta pela Historiografia dos Anais (Le Goff, 1992) refere-se a esta questão. Ricoeur afirma que, segundo a concepção desta escola historiográfica, a memória seria objeto da história, mas não sujeito; a história cessaria de ser parte da memória e a memória tornar-se-ia parte da história. Desse modo, porém, observa Ricoeur, toma corpo a “tentação de despojar a memória de sua função matriz da história” (Ricoeur, 2000, p. 504, tradução nossa). Com efeito, a história não visa apenas ao ausente, mas também ao vivente de outros tempos, ao ator da história que já aconteceu. Por este motivo, não podemos – segundo Ricoeur – dissolver o papel da memória no campo da história. Ricoeur sugere que as relações entre história e memória devam ser abordadas numa perspectiva histórica: as posições historiográficas que desqualificam o papel da memória no trabalho his-

tórico têm uma origem comum, que reside na ruptura operada pela historiografia moderna com a concepção da memória acontecimental própria da tradição judaica e medieval; essa ruptura possibilitou a desvinculação entre conhecimento histórico e memória. Com efeito, estas tradições postulavam a coincidência entre memória e acontecimento histórico: a memória carrega a presença do acontecimento ao qual ela se refere. Ainda segundo Ricoeur, o desenvolvimento da historiografia ocorrido no contexto do processo de secularização próprio da modernidade desemboca na proposta da crítica histórica elaborada pela historiografia positivista do século XX, em que a noção de fonte ou documento histórico acaba tornando-se independente da noção de testemunha no sentido intencional do termo. Tal ruptura entre história e memória seria também responsável pela crise da memória ao longo do século XIX. Entre as consequências antropológicas e culturais mais difundidas desta ruptura encontra-se a perda do sentido do passado pelo esquecimento sistemático ou pela destruição de seus sinais, e a solidão produzida pela interrupção do diálogo entre o passado e o presente, próprio da memória compartilhada. Ricoeur refere-se à tentativa realizada por Maurice Halbwachs (Dosse, 2004) de reintegrar a história à memória individual e coletiva: na perspectiva halbwachiana, a história se anima pela consideração da experiência humana que a originou, e a memória pessoal e coletiva se enriquece pelo passado histórico, que se torna progressivamente *nosso*.

Em síntese, a prática e a experiência cotidiana do historiador, por um lado, e a própria reflexão filosófica sobre o fazer história, por outro, parecem encurtar as distâncias entre os campos da memória e da história. Na eliminação desta distância, podemos melhor compreender o sentido unitário das operações que continuamente fazemos quando, por exemplo, ao encontrar num acervo um documento significativo, queremos também preservá-lo da destruição física do transcorrer do tempo, bem como da destruição espiritual do esquecimento. O conhecimento intelectual desse achado e o cuidado com sua materialidade constituem-se assim numa ação unitária de valoração de algo que foi dado à nossa paixão investigante. Não cabe aqui aprofundar este assunto, mas no que diz respeito ao conhecimento e ao cuidado de preservação dos arquivos para a história dos saberes psicológicos e da psicologia científica brasileira, muitos esforços tem sido realizados recentemente (Brozek & Massimi, 1998).

Novas Interações entre Historiografia, Ciências Humanas e Psicologia

A produção historiográfica recente mostra a ampliação do campo de interesse do historiador contemporâneo: desde o estudo de diversas culturas e experiências religiosas, das festas e dos ritos, do mundo dos intelectuais e da cultura popular, às diversas maneiras de viver, de habitar e de trabalhar. Esta ampliação determinou "a constituição de novos territórios do historiador através da anexação dos territórios dos outros" (Chartier, 1990, p. 14), a saber, campos já desvendados pelas Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, entre outras. Desse modo, a Historiografia começou a utilizar metodologias de investigação próprias a outras disciplinas próximas, abrindo-se, ao mesmo tempo, a projetos de pesquisa de caráter interdisciplinar acerca de seu objeto. Novas áreas da pesquisa historiográfica constituem-se num terreno multidisciplinar, envolvendo inclusive enfoques de natureza psicológica: entre outras, a Antropologia Histórica, a História do Imaginário, a História das Mentalidades, a Micro-história (Dosse, 2004). No seio desta nova perspectiva interdisciplinar, definem-se também formas novas de colaboração entre Psicologia e História e criam-se, neste domínio, abordagens inéditas para a leitura e a interpretação dos documentos. A afirmação do caráter essencial de historicidade da experiência humana, inclusive em sua dimensão psicológica, caracteriza, por exemplo, a abordagem da "Psicologia Histórica", proposta por *Ignace Meyerson* em sua obra *Les fonctions psychologiques et les oeuvres* (1948): nela, o postulado da relatividade histórica da Psicologia humana subordina a Psicologia à História e, nesse sentido, questiona a legitimidade de uma Psicologia geral do homem, entendida como conhecimento de leis universais da mente, ou do comportamento humano. Na ótica de contextualizar a indagação acerca do homem psíquico, no âmbito histórico sócio-cultural de sua existência concreta, Meyerson propõe uma psicologia pluralista, partindo da constatação de que, em todos os tempos e em todas as culturas, o homem tem se interrogado acerca de si mesmo, ao longo da história tal interrogação assumindo porém formas diferentes. A partir dos anos sessenta, consolidou-se novo setor dos estudos históricos, chamado de "História das Mentalidades", particularmente próximo à Psicologia Histórica, mas percorrido principalmente pelos

historiadores e não pelos psicólogos. Nesse enfoque, os comportamentos e as crenças da vida quotidiana de uma sociedade revelaram-se significativas de um sistema de representação do mundo profundamente vinculado com as formulações intelectuais mais elaboradas (concepções religiosas ou filosóficas, sistemas científicos etc.).

O Pluralismo Metodológico na História da Psicologia

Após a crise dos modelos historiográficos tradicionais (positivista, idealista, marxista), a grande maioria dos historiadores contemporâneos concorda com o fato de que a historiografia não dispõe de arcabouços metodológicos preestabelecidos. Escolhem-se as modalidades de elaboração dos dados a partir do dar-se efetivo da indagação que, por sua vez, inscreve-se no contexto social e cultural ao qual o próprio historiador pertence. Isto vale também no que diz respeito ao domínio da história da psicologia - domínio composto por objetos diversificados próprios a diferentes contextos espaço-temporais e tendo configurações epistemológicas diferentes. Esta pluralidade de caminhos metodológicos diz antes de mais nada respeito aos dois campos que definimos no início deste texto: a História dos Saberes Psicológicos e a História da Psicologia Científica que, por sua vez, remetem aos métodos da história dos saberes e aos da história das ciências.

A História dos Saberes define-se como a reconstrução histórica de conceitos e sistemas conceituais e práticos, entendida como parte da História Cultural, (domínio de conhecimento histórico definido por R. Chartier em termos de história das visões do mundo), beneficiando-se de recursos metodológicos próprios deste domínio. Conforme afirma Chartier, “a noção de visão do mundo permite articular, sem os reduzir um ao outro, o significado de um sistema ideológico descrito por si próprio, por um lado, e, por outro, as condições sociopolíticas que fazem com que um grupo, ou uma classe determinados, em dado momento histórico, partilhem, mais ou menos, conscientemente ou não, esse sistema ideológico” (1990, p. 49). A História dos Saberes Psicológicos ocupa-se então daqueles aspectos específicos da visão do mundo de uma determinada cultura, relacionados a conceitos e práticas que na atualidade podem ser genericamente entendidas como psicológicas. A definição do que é psicológico, nesse caso, permanece necessariamente indeterminada e vaga, sen-

do uma denominação convencional e provisória a ser substituída no decorrer da pesquisa pela terminologia e demarcação de campo, próprias a específicos universos sócio-culturais investigados.

Com efeito, o que é definido como “psicológico”, no século XVI, baseia-se em matrizes filosóficas e teológicas (por exemplo, a matriz aristotélico-tomista) e em concepções antropológicas (por exemplo, a concepção do homem como “micro-cosmo”), muito diferentes das matrizes e concepções antropológicas que fundamentam a Psicologia filosófica moderna. Deste modo, tratar-se-á, por exemplo, de estudar a “terapêutica moral” do século XIX, ou os “remédios para o ânimo” do século XV, ou as “paixões” do século XVI. Desta forma, do ponto de vista metodológico, devem ser tomadas como sendo “centrais as descontinuidades, que fazem com que se designem, se admitam e se avaliem, sob formas diferentes ou contraditórias, consoante às épocas, os saberes e os atos”. (Chartier, 1990, p. 65). Para melhor exemplificar, as categorias de ‘memória’, ou de ‘percepção’, apesar de hoje serem conceitos inerentes à psicologia, poderiam comparecer em textos antigos como parte de um discurso de natureza ética, teológica ou estética. Ou, ainda, o uso da categoria de subjetividade seria totalmente anacrônico se fosse aplicado ao entendimento do ser humano no Ocidente medieval, ou clássico, ou na cultura oriental. Portanto, no âmbito de nossas pesquisas, entendemos que a utilização de uma determinada terminologia e de determinados rótulos deveria ser especificada a cada vez no âmbito do específico projeto de pesquisa a realizar, de modo que os conceitos abordados possam ser analisados conforme a complexidade que assumiram no período histórico estudado. Desse modo, os títulos de várias pesquisas por nós desenvolvidas foram escolhidos nesta perspectiva, como por exemplo: *Os olhos vêem pelo coração: o conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII* (Massimi & Silva, 2001); *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial* (Massimi, 2005); *Um incendido desejo das Índias* (Massimi & Prudente, 2002); focalizando-se em cada caso o tema abordado: paixões, palavras, almas e corpos, desejo, etc. Evidentemente, todos eles são temas objeto de estudo da psicologia antiga e contemporânea e, portanto, perfeitamente cabíveis numa história da área.

No que diz respeito à História dos Saberes, parece especialmente apropriado o modelo pluridimensional de M. De Certeau. Este distingue dois universos

de investigação histórica e, portanto, de material historiográfico: documentos-vestígios do nível do que é pensável, em determinado período histórico (o que é possível pensar e escrever); e documentos-vestígios do nível das práticas sociais (práticas que expressam um saber). Trata-se, portanto, de duas dimensões articuladas e complementares, que seguem lógicas próprias e diferentes ritmos de crescimento (regimes de temporalidade). Assim, os dois campos da História Cultural e da História Social podem ser reciprocamente ligados. No âmbito de nossas pesquisas, a pluridimensionalidade metodológica proposta por De Certeau permitiu-nos estudos que levam em conta a articulação entre a escrita e a oralidade. No caso do universo cultural brasileiro, o estudo da cultura oral revela-se decisivo, sendo esta o campo mais amplo para o processo de apreensão, elaboração e transmissão cultural, no passado e em parte também no presente. Nesta perspectiva, enquadra-se a escolha que fizemos de abordar determinados gêneros de documentos, especialmente na área da oratória sagrada e das crônicas narrativas de festas e cerimônias de teor religioso ou político no período colonial. Com efeito, trata-se de práticas culturais (a pregação e as celebrações) que se fundamentam na oralidade e na gestualidade para expressar e transmitir doutrinas ou atitudes e posicionamentos religiosos, morais e políticos. A leitura de tais documentos revelou serem eles produtos de uma construção articulada e intencional voltada a promover conhecimento, persuasão e modificação de condutas por meio da mobilização do dinamismo psíquico dos destinatários, fundado na arte retórica. Dedicamos, assim, vários trabalhos ao estudo da pregação, tomada como fonte de transmissão de conceitos e práticas psicológicas, mas também como expressão da articulação entre retórica, teoria do conhecimento e psicologia filosófica. Trata-se, em suma, de uma prática de uso da palavra muito significativa e, num certo sentido, precursora da moderna confiança na força da palavra e do discurso que perpassa a psicanálise e, em geral, as psicoterapias. (Massimi, 2005 e 2007a).

Outro tema presente em nossas pesquisas, e que pode ser melhor abordado pela bidimensionalidade metodológica proposta por De Certeau entre o pensável e a prática, é o da imagem, a qual, juntamente com a palavra, é um grande recurso de transmissão cultural em sociedades marcadas pela oralidade (e não somente nelas). Trata-se de um objeto que

atinge o destinatário no nível da percepção sensorial, mas que também desencadeia um percurso cognitivo, na medida em que também carrega nela seu significado. Portanto, diz respeito ao dinamismo psíquico ativamente mobilizado no processo de conhecimento. Assim como a palavra, é um objeto cultural com relevante apelo psicológico. Por suscitar processos psicológicos, a imagem tem sido estudada pelos psicólogos com interesse crescente, mas seu alcance não se limita ao mundo anímico, sendo que o interesse pela imagem cresceu, na cultura do século XX, por vários motivos, dentre os quais o sucesso da psicanálise, que valoriza e introduz no uso comum palavras como imagem e símbolos, devendo, porém, lembrar-se de que o pensamento simbólico e o recurso à imagem é próprio de todo ser humano e precede a linguagem e o raciocínio discursivo. Toda imagem tem função ao mesmo tempo cosmológica, antropológica e psicológica, e por isto, traduzir as imagens em termos de meros fatos psíquicos é uma operação sem sentido. Evidencia-se, portanto, que a investigação histórica acerca deste tema implica em adentrar na questão das relações complexas entre psicologia e cultura. Feitas estas ressalvas metodológicas, é claro tratar-se de um tema particularmente apto para diálogos fecundos entre os saberes psicológicos e psicologia contemporânea – constituindo-se em certo sentido como tema *comum* e propondo questões que de vários modos são objetos de investigação e de discussão no passado mas também no presente. O tema pode ser abordado seja pela vertente das conceituações dadas ao tema da imagem como objeto cultural e ao processo psíquico exigido para recebê-la e processá-la (a imaginação); seja pela vertente das práticas de uso deste objeto, práticas destinadas a mobilizar o dinamismo psicológico e cognitivo. Em ambas as conotações do pensável e das práticas, a imagem assume grande relevância no contexto brasileiro, especialmente no período colonial. É recorrente o recurso a ela nos mais diversos âmbitos e modalidades, tais como: as estátuas e as decorações nas igrejas barrocas; as metáforas e as imagens lingüísticas nos discursos dos pregadores; os elementos iconográficos utilizados nas cerimônias públicas, sagradas e profanas; a composição de cenários e de elementos figurativos imaginários empregados para a aprendizagem; a memorização, a reflexão e as atividades religiosas como oração e meditação. Todos esses fatores são motivos que nos determinaram na

escolha deste tema de investigação ao qual dedicamos vários trabalhos (Massimi, 2007b e 2008).

Já no que diz respeito à História da Psicologia Científica, os métodos se remetem ao domínio da História das Ciências. O historiador inglês, A. Crombie (1987), assim delinea os objetivos da pesquisa nesta área: a apreensão dos problemas que interessavam os cientistas e que foram solucionados no período histórico escolhido para a investigação; o entendimento das hipóteses, das expectativas e do que os pesquisadores daquela época consideravam como sendo respostas e explicações válidas; o levantamento dos trabalhos bem sucedidos e reconhecidos e das teorias e dos experimentos fracassados, ou que seriam inadequados ou mal concebidos para a nossa mentalidade contemporânea. Segundo o autor, a preocupação principal do historiador das ciências deve ser de “interpretar metas, concepções e soluções do passado tal como se deram no passado”. O erro consiste na utilização do “superior conhecimento científico contemporâneo para avaliar descobertas e teorias do passado como antecipações e contribuições ao presente” (Crombie, 1987, p. 19, tradução nossa).

Posto isto, o historiador das ciências utiliza os mesmos recursos metodológicos de todo historiador: a saber, as fontes (organizadas por gêneros) e a análise interpretativa. Esta se norteia com base em alguns alicerces derivados da epistemologia, ou seja, na definição, do ponto de vista da teoria filosófica do conhecimento, dos critérios de demarcação de uma teoria científica. Neste sentido, historiografia da ciência e epistemologia procedem conjuntamente. Uma epistemologia continuísta, a saber, que enfatiza o desenvolvimento gradual de conceitos e métodos, inspira uma historiografia que rechaça a distinção radical entre História dos Saberes e História das Ciências (Crombie, 1987). Uma epistemologia descontínuísta, que concebe o avanço do pensamento científico como determinado por rupturas e revoluções (Kuhn, 1982) inspira uma historiografia centrada na ênfase nas diferenças, nas discontinuidades, privilegiando, portanto, os momentos históricos de instabilidades, marcados pela ocorrência das anomalias (Canguilhem, 1977). Uma epistemologia externalista que atribui o avanço da ciência a fatores de natureza econômica, política, social e cultural origina uma historiografia que busca preferencialmente as variáveis externas como determinantes do processo científico (Young, 1985, Merton, 1970). Uma epistemologia internalista que entende a ciência como processo autônomo funda-

do em características inerentes ao conhecimento humano, norteia uma historiografia centrada no estudo do pensamento científico em termos conceituais e metodológicos (Debus, 2005).

A Historiografia da Psicologia Científica reflete em si mesma estas tendências (Brozek e Massimi, 1998). Assim, por exemplo, pode-se conceber as relações entre História dos Saberes Psicológicos e História da Psicologia Científica segundo ambas as perspectivas, descontínuísta ou continuísta. A primeira foca os eventos que marcam rupturas e discontinuidades na evolução histórica da Psicologia: segundo historiadores que abraçam esta perspectiva, não haveria um único percurso histórico nem uma única Psicologia, e sim diversas “Psicologias”, produtos de diversas histórias (Hilgard, Leary & McGuire, 1998). Sendo assim, as relações entre a História dos Saberes Psicológicos e a História da Psicologia Científica seriam definidas por uma profunda discontinuidade. Numa perspectiva continuísta, pelo contrário, o saber psicológico desenvolver-se-ia de modo linear e cumulativo, não havendo cortes entre História da Psicologia Científica e História dos Saberes Psicológicos. Muitos autores que formularam conhecimentos psicológicos no passado longínquo seriam então considerados como precursores de teorias mais recentes. A nosso ver (Brozek e Massimi, 1998), cada uma das duas perspectivas trouxe contribuições importantes à Historiografia da Psicologia do ponto de vista metodológico: por um lado, o descontínuísmo alerta para a apreensão da diversidade como sendo o elemento fundamental do trabalho historiográfico; por outro lado, o continuísmo valoriza formas de conhecimentos que, elaborados num passado distante, mantêm seu valor heurístico na atualidade.

Enfim, gostaríamos de ressaltar a importância de concebermos os estudos históricos em Psicologia na perspectiva de um pluralismo metodológico. Com efeito, as relações entre a Historiografia da Psicologia, a Historiografia das Ciências e a Historiografia Geral proporcionam à primeira uma pluralidade de modelos e métodos. Em muitos casos, é necessário que seja utilizado na pesquisa um enfoque “multi-fásico” e funcional ao problema específico abordado, dependendo do objeto investigado. Nesse sentido, concordamos plenamente com Hilgard, Leary e McGuire (1998), quando afirmam que “cabe ao historiador da psicologia a escolha dos métodos mais apropriados para a indagação historiográfica acerca de um determinado tema, num determinado período de tempo, num dado contexto,

no âmbito de sua área de estudos. Pelo contrário, o método não deve ditar os tópicos da pesquisa” (1998, p. 48). Nesse sentido, cabe também um constante diálogo entre os estudiosos que através de suas pesquisas específicas sob diferentes abordagens contribuem todos para a reconstrução de um mosaico (a reconstrução histórica) que se aproxime da melhor forma possível do acontecimento histórico conceitual focado.

Ressaltamos, por fim, que componentes essenciais do método historiográfico, bem como dos critérios que norteiam a escolha dos objetos de estudo, são a curiosidade, as perguntas e os interesses culturais e sociais de cada estudioso. Se, conforme escreve Ariès, “a história se concebe como um diálogo onde o presente não está nunca ausente,” a reconstrução histórica é “não apenas uma técnica de especialista, mas uma maneira de ser no tempo do homem moderno” (Áries, 1989, p. 246).

As Fontes e os Gêneros

As fontes são os tijolos essenciais para a construção da pesquisa histórica. Entende-se por fonte qualquer testemunha perceptível sensorialmente que nos dá notícia acerca da vida humana do passado (documentos escritos, objetos, retratos, etc.). As fontes são caracterizadas por três elementos essenciais: a natureza material; o gênero; o conteúdo. De início, fazemos as opções quanto ao tipo de história que produziremos através das fontes que selecionamos e dos temas que escolhemos para nelas pesquisar: “as fontes históricas determinam a paisagem que nós reconstituímos com a ajuda da documentação que elas nos forneceram” (De Certeau, 2000, p.81).

As fontes para a reconstituição da história da psicologia, entendida em toda a amplitude de seu domínio, pertencem a gêneros diferentes. Entende-se por gêneros a divisão e classificação dos discursos segundo os fins que se tem em vista e os meios empregados. Assim, o gênero é determinação importante do conteúdo, pois, como alerta Pécora, “a construção da forma já faz parte da narrativa da história” (2001, p. 68); ou, dito de outro modo, conforme O’Malley, “o como dizer é importante tanto quanto o que dizer: o como e o que nunca podem ser separados totalmente um do outro” (2007, p. 14).

Uma pesquisa historiográfica rigorosamente conduzida destaca a especificidade dos gêneros dos documentos, o que exige o conhecimento dos recursos retóricos e conceituais disponíveis na época para cada um

destes gêneros e de seu valor enquanto instrumentos de difusão cultural. Pécora afirma que “os diferentes gêneros retórico-poéticos dos vários textos estudados não são formas em que se vazam conteúdos externos a elas, mas determinações constitutivas dos sentidos verossímeis de cada um desses textos” (2001, p. 11). Tais determinações de sentido, por vez, são temporais por funcionar de modo diferente em diferentes períodos históricos.

Os gêneros mais comuns de fontes para estudos históricos em psicologia são: correspondência epistolar; narrativas de viagens, relatórios, catálogos e informes; peças de oratória e documentos ligados à oralidade; narrativas de celebrações (festivas, políticas, religiosas); narrativas de ficção e obras poéticas; tratados (filosóficos, científicos, e das demais áreas das ciências humanas e naturais); manuais para uso didático; artigos em revistas (científicas); artigos em revistas (divulgação); teses e trabalhos acadêmicos de modo geral; currículos e programas escolares.

Citamos, para exemplificar, uma pesquisa por nós realizada tomando um gênero específico de fontes, um tipo de correspondência epistolar até hoje inédita encontrada no dito Arquivo da Cúria Geral da Companhia de Jesus em Roma: as cartas *Indipetae*, a saber, os pedidos para o envio nas terras de além-mar encaminhados pelos jovens noviços dos colégios da Companhia na Europa aos seus Superiores. Nesta documentação, riquíssima tanto qualitativa quanto quantitativamente (trata-se de cerca de 16 mil cartas), emergem motivações, emoções e temperamentos dos autores, bem como o lugar que o além-mar ocupa no imaginário destes jovens europeus dos séculos XVI e XVII. Parte desta documentação referente aos colégios portugueses, espanhóis e italianos foi selecionada e reproduzida. Nem todos os pedidos (objeto das cartas) eram atendidos pelo superior: o método de avaliação era baseado na leitura das mesmas e no conhecimento de seus autores por meio das informações fornecidas pelo Padre Provincial, pelo mestre dos noviços e pelos Catálogos trienais. O critério de avaliação baseava-se na análise das motivações descritas nas cartas: em primeiro lugar, a conformidade ao perfil ideal (antropológico e religioso) do sujeito – assim como definido pelo fundador Inácio de Loyola em sua vida e em seus escritos, bem como pela literatura de espiritualidade da Companhia naquele período. Em segundo lugar, havia a análise das circunstâncias da vida do sujeito: suas relações com os familiares, a idade, as aptidões demonstradas (“talentos”), os conhecimentos adquiridos, seu estado

psicofísico ("compleição", ou temperamento). Por parte dos autores, que nas cartas relatam sua história de vida antes e depois da entrada na Companhia, a ênfase cai no "desejo" e nos sentimentos experimentados diante da perspectiva da missão além-mar, no processo de imitação de alguma figura ideal (da Companhia) e, em alguns casos, na confirmação do desejo recebida por alguns sinais interpretados como divinos (sonhos, encontros e fatos ocorridos). Como em muitos casos os pedidos não eram atendidos, vários insistem no assunto escrevendo repetidas cartas, cujo tom é cada vez mais apelativo e marcado pela insistência no desejo. Diferentemente do restante do corpo da correspondência epistolar elaborado no âmbito da Ordem, apesar da escritura das *Indipetae* ser instituída por uma norma do Padre Geral da Companhia visando a disciplinar e a tomar conhecimento dos pedidos para o envio em missão, parece não existir uma normativa quanto às formulas para a redação das mesmas. Nesse sentido, os documentos podem ser considerados parcialmente expressivos da experiência psicológica de seus autores, dentro dos moldes que na época normatizavam a expressão das vivências interiores pela escrita. Para a análise da mesma, foi utilizado o enfoque da história conceitual, especificamente baseando-nos na teoria dos temperamentos e na teoria das paixões, bem como a abordagem da história das mentalidades que visa a reconstruir o processo de formação da subjetividade moderna. Escolhemos realizar uma leitura das cartas focada no conceito de "desejo", por este ser um lugar comum presente nestes documentos com grande frequência. O desejo foi analisado nas significações e usos inerentes às cartas, bem como nos significados próprios deste conceito na história da cultura contemporânea à escritura das cartas e especialmente na história da cultura jesuítica (Massimi & Prudente, 2002, Sousa & Massimi, 2002).

A Escrita da História

Podemos comparar a escrita da história ao trabalho artesanal da tecelagem: dispomos de fios (as fontes) que ordenamos em tramas (as narrativas), sempre levando em conta a possibilidade de existirem outros fios e outras tramas.

Em primeiro lugar, pode-se partir do conteúdo das fontes, por exemplo, em termos de tópicos (e perguntas) que dizem respeito a temas de interesse atual da psicologia (os processos psíquicos básicos tais como sensação, cognição, memória, etc.; as práticas de cuidado com a infância e a adolescência; as emoções, sua vivên-

cia subjetivas, seus correlatos fisiológicos, movimentos expressivos e seu controle; as motivações; a sexualidade, as imagens e a imaginação, etc.). Esta modalidade de organizar a narrativa histórica propicia o diálogo com as preocupações e interesses da área, no presente. É deste presente que brota e traz consistência e pertinência o interesse plenamente humano pelo passado.

Em segundo lugar, pode-se organizar o produto da reconstrução histórica por gêneros e pela inscrição das fontes utilizadas em gêneros, por exemplo: a correspondência epistolar; as narrativas; os sermões e outros documentos escritos originariamente destinados à oralidade; os tratados filosóficos. Esta modalidade permite um entendimento das relações entre os saberes psicológicos e as demais áreas de saber que fundamentam os gêneros considerados (ex: retórica; literatura; teoria da arte; filosofia, teologia, etc.). Além do mais, no caso da cultura brasileira, a compreensão das imbricações entre oralidade e escrita e das diversas aplicações do gênero retórico pode ser iluminadora para o resgate da cultura oral enquanto depositária do saber, bem como do entendimento da articulação e da função de transmissão de saberes e práticas exercidas pelas práticas teatrais, rituais e celebrativas.

Por fim, pode-se organizar a narrativa acerca da história dos saberes psicológicos em termos de discursos psicológicos concebidos (e concebíveis) por diferentes áreas: a filosofia; a medicina; a instrução e educação, a política; o direito etc.

Desse modo, ao pluralismo dos modelos de análise corresponde também o pluralismo das narrativas históricas. Assim, podemos escrever diversas histórias dos saberes psicológicos no Brasil: pois, como já R. Watson (1998) assinalava, há uma pluralidade de modos de se escrever a história.

O que foi aqui apresentado é um percurso possível, entre tantas e outras possibilidades que a investigação histórica abre aos que se interessam por ela.

Referências

- Áries, Ph. (1989). *O tempo da história* (R. Leal Ferreira, trad.). São Paulo: Francisco Alves. (Obra original publicada em 1954).
- Bloch, M. (2001). *Apologia da história. Ou o ofício do historiador*. (A. Telles, trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editor (Obra original publicada em 1993).
- Brozek, J., & Massimi, M. (1998). *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira*. São Paulo: Loyola.

- Canguilhem, G. (1977). *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. (E. Piedade, trad.). Lisboa: Edições 70.
- Chartier, R. (1990). *A história cultural. Entre práticas e representações*. (M. M. Galhardo, trad.). Lisboa: Difel.
- Crombie, A. (1987). *História de la Ciência: De San Agustín a Galileo*. Vol I. (J. Bernia, trad.). Madri: Alianza Editorial (Obra original publicada em 1959).
- De Certeau, M. (2000). *A escrita da história*. (M. L. Menezes, trad.). São Paulo: Forense Universitária (Obra original publicada em 1975).
- Debus, A. (2005). Ciência e história: o nascimento de uma nova área. In A. M. Alfonso-Goldfarb & M. H. R. Beltran, *Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas*. (pp. 13-39). São Paulo: Ed. PUC-SP/ Livraria da Física/Fapesp.
- Dosse, F. (2004). *História e ciências sociais*. (F. Abreu, trad.) Bauru: Edusc.
- Kuhn, T. (1982). *A estrutura das revoluções científicas*. (B. N. Boeira e N. Boeira, trad.). São Paulo: Perspectiva (Obra original publicada em 1962).
- Hilgard, E. R., Leary, D. E., & McGuire, G. R. (1998). A história da psicologia: um panorama e uma avaliação crítica. In J. Brozek & M. Massimi (Orgs.), *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira* (pp. 399-432). São Paulo: Loyola.
- Le Goff, J. (1992). *História e Memória*. (I. Ferreira, B. Leitão & S. F. Borges, trad.). Campinas: Unicamp. (Obra original publicada em 1990).
- Massimi, M. (2005). *Palavras, almas e corpos no Brasil colonial*. São Paulo: Edições Loyola.
- Massimi, M. (2007a). Palavras e saberes psicológicos na história da cultura brasileira. In A. M. J. Vilela & L. Sato, *Diálogos em Psicologia Social* (pp. 185-196). Porto Alegre: Ebangraf-Abrapso Sul.
- Massimi, M. (2007b) Imagens da natureza na pregação jesuítica em Terra Brasilis. In A. H. Baptista (Org.), *A Natureza nos Novos Mundos* (pp. 28-47). Lisboa: Apenas.
- Massimi, M. (2008). As imagens e sua função no dinamismo anímico dos ouvintes: percursos da oratória sagrada brasileira do século XVI ao XVIII. In L. Marques, *A Fábrica do Antigo* (pp. 303-328). Campinas: Unicamp.
- Massimi, M. & Prudente, A. B. (2002). *Um incendiado desejo das Índias*. São Paulo: Edições Loyola.
- Massimi, M. & Silva, P. J. C. (2001). *Os olhos vêem pelo coração: o conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII*. Ribeirão Preto: Editora Holos.
- Merton, R. K. (1970). *Science, technology and society in seventeenth century England*. New York: Harper.
- Meyerson, I. (1948). *Les fonctions psychologiques et les œuvres*. Paris: Vrin.
- O'Malley, J. (2007). *Quattro culture dell'Occidente*. (G. Rigamonti, trad.). Milão: Vita e Pensiero. (Obra original publicada em 2004).
- Pécora, A. (2001). *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Edusp.
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil.
- Souza, L. V., & Massimi, M. (2002) Il desiderio dell'oltremare nelle *litterae Indipetae*: le condizioni psicologiche per l'azione nella narrativa di giovani gesuiti del sedicesimo secolo. *Memorandum*, 3, 55-71. Acessado em 11/04 /2010, em <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos03/souza01.htm>.
- Watson, R. (1998). Abordagem sociopsicológica: o estudo da personalidade. In J. Brozek & M. Massimi, *Historiografia da Psicologia Moderna – Versão Brasileira* (pp. 389-398). São Paulo: Loyola.
- Young, R. (1985). *Darwin's metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press.

Endereço para correspondência:

Marina Massimi
 Rua Américo Brasiliense, 1340/111
 CEP 14015-150 - Ribeirão Preto – São Paulo
 E-mail: mmassimi3@yahoo.com

Recebido em Abril de 2010
 Revisto em Setembro de 2010
 Aceito em Outubro de 2010